Modernidade parlamentar

O Congresso só poderá cumprir a sua parte, evitando o entrelaço de forças com o novo presidente a ser eleito no segundo turno por algo em torno de 40 milhões de votos, caso se estruture em níveis de modernidade de assessoria parlamentar. O Executivo só poderá inaugurar uma crise, arguindo um conflito de poder, se o Congresso estiver retórico demais para não se apoiar em argumentos técnicos.

O que agora existe é uma descompensação do Congresso ante a complexidade das informações sobre temas que ele próprio tem a obrigação de dominar, como o orçamento. O deputado José Costa, vice-líder do PSDB na Câmara, a propósito, esteve recentemente nos Estados Unidos para conhecer o aparato de assessoramento a que o parlamentar norte-americano tem acesso. Cerca de 200 economistas, recrutados nas melhores universidades, dão pareceres técnicos aos deputados, de forma isenta, segundo concepções doutrinárias. Esse grupo de especialistas é chefiado por PhD formado em Harvard. Raramente a Câmara dos Representantes é pilhada em erro de avaliações sobre as tendências da economia do País, e das relações da economia doméstica com a economia mundial.

No Brasil, o que se tem é um Congresso com amplas prerrogativas constitucionais para legislar sobre questões orçamentárias, além de fiscalizar os passos do Executivo nas áreas financeira, econômica, monetária e fiscal, configurando, porém, superpoder que não se resolve no limite da eficiência técnica, mas tão-somente no domínio da competência, da intuição e do bom senso político, ma-

téria que permite ao parlamentar brasileiro se transformar em especialista em tangenciar crises e desarmar tragédias institucionais.

Seria preferível que o Congresso estivesse amparado no conhecimento a respeito de suas mais diversas atribuições, tão diferenciadas quanto complexas. O parlamentar — senador ou deputado —, dada a velocidade com que chegam ao Congresso mensagens do Executivo, como as 106 medidas provisórias até agora enviadas, isso além de quase um milhar de projetos de iniciativa própria, aguardando vez de deliberação, não sabe o que legisla e o que aprova. Foram poucas, na verdade, as leis complementares à Constituição regulamentadas neste ano, atestando uma rarefeita eficiência: seguridade social, política agrícola, diretrizes e bases da educação, Código do Consumidor, imposto sobre grandes fortunas, definição de terras devolutas, estatuto sobre capital estrangeiro, remessa de lucros, foram temas que estiveram à sua frente, para votação, mas na pressa e na superficialidade que depõem contra a seriedade que deve ter o Congresso.

O entrelaço de poderes, que se prevê para o início do novo governo, poderá ser evitado pela via do reequipamento técnico do Legislativo, sobretudo a Câmara. No momento, técnicos da Seplan simplesmente manipulam as rubricas sobre revisões orçamentárias, a seu bel-prazer, contando com o alegado despreparo do político para se aprofundar em questões econômicas e técnicas. Prosseguir assim, sera um risco para a democracia.